

Vasco Duprat

A Amante do Reizinho

& outras histórias
de D. Manuel II

OFICINA
DO LIVRO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
I.	
O MENINO DA MAMÃ	13
II.	
A FLOR-DE-LIS	47
III.	
AS GUERRAS DA RESTAURAÇÃO.....	83
IV.	
A FLOR DE LARANJEIRA.....	111
V.	
SEM NORTE	147
VI.	
OS ANOS DO FIM.....	177
QUEM É QUEM.....	211
NOTAS.....	231
ÍNDICE ONOMÁSTICO	243
BIBLIOGRAFIA	245

I.

O MENINO DA MAMÃ

Noiva procura-se

No dia 7 de Novembro de 1909, um domingo, el-rei D. Manuel, segundo do nome e último de Portugal, deixou Lisboa para visitar Madrid e Londres, as duas cortes europeias com que contava para se manter no seu trono periclitante. A Estação do Rossio, onde, pelas quatro da tarde, tomou o Sud Express, encheu-se de gente para a despedida, numa «manifestação imponente» que a rainha D. Amélia, sua mãe, levou muito em gosto.

Dizem os jornais do tempo que D. Manuel estava muito sorridente e bem-disposto. Mas não devia estar menos preocupado. A sua primeira viagem oficial ao estrangeiro era um grave negócio de Estado: o rei ia à procura de uma noiva e tencionava encontrá-la em Inglaterra, onde todos os seus parentes e amigos desejavam que casasse.

Uma aliança com a Casa Real britânica reforçaria o prestígio e a autoridade do jovem monarca, que estava além disso obrigado a garantir a sucessão da coroa. Depois do assassinio do rei D. Carlos, seu pai, e do príncipe D. Luís Filipe, seu irmão, a 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, só ele podia desempenhar-se desse encargo, a que o Regicídio conferira particular urgência.

É verdade que estava vivo e de boa saúde o infante D. Afonso, seu tio, que era também o seu herdeiro e sucessor. Só que, aos 43 anos, o príncipe, filho segundo do rei

D. Luís e da rainha D. Maria Pia de Sabóia, continuava solteiro e não parecia nada interessado em mudar de estado. Não tinha aliás nenhuma obrigação de o fazer. Era a D. Manuel II que cabia o duro ofício de reinar – e de procriar.

O casamento do rei de Portugal, no entanto, se era caso de primeira necessidade, apenas começou a ser oficialmente discutido um ano após o Regicídio, como não podia deixar de ser: estando a família real de luto pesado, seria grave falta ao decoro e à etiqueta que, no paço e no país, se falasse abertamente de noivas e noivados. E de facto ninguém falou, até se cumprir um ano sobre a morte de D. Carlos e de D. Luís Filipe. Com uma excepção: O *Mundo*, órgão do Partido Republicano Português.

A 12 de Maio de 1908, com efeito, o jornal resolveu dar a notícia, «novinha em folha», de que «o jovem monarca não casará com nenhuma princesa das casas reinantes da Europa pela razão de que a eleita do seu coração é uma dama portuguesa, fidalga de nascimento e quase da mesma idade do Sr. D. Manuel». E rematava: «Pelos modos, a inclinação amorosa do chefe de Estado não tem a menor aprovação em palácio, havendo até quem diga que “mais valia abdicar do que praticar semelhante hereisia”. Aguardaremos, em função desta curiosa informação, a marcha dos acontecimentos»...

Mas a «curiosa informação» não tinha pés nem cabeça. Desde a segunda dinastia, nunca um monarca português se unira a quem não fosse de sangue real. E, depois, era não conhecer D. Manuel II admitir que ele estivesse disposto a sacrificar por uma paixoneta portuguesa, mesmo que muito assolapada, a pompa, o brilho e a glória de um casamento com uma princesa de casa reinante na

Europa. Ainda assim, a história correu mundo e foi sendo enriquecida com pormenores que nada acrescentavam à sua credibilidade.

Quando a publicou, a 18 de Maio, nos Estados Unidos, o *Washington Post* garantiu, por exemplo, que D. Manuel, ao ouvir a mãe e o tio falarem-lhe em casamento, fizera uma cena violenta. O rei tinha mau feitio, como o conde de Mafra, «com profundo desgosto», notou no seu diário, a 9 de Julho de 1908: «El-rei D. Manuel II diz muitas grosserias ao seu serviço, especialmente às pessoas com quem joga. Nem o tio Afonso, tão bom e dedicado, escapa à fúria do jovem monarca. Deus queira que nunca seja comigo. Vai mal assim. E daí, não sei, porque ele com a gente de fora faz-se agradável. A criadagem, então, é tratada como canzoada! Nem o pai nem o irmão, ambos de saudosa memória, foram assim. Deus permita que mude.»¹

Mas, se D. Manuel era capaz de dar respostas tortas ao príncipe seu tio, jamais lhe ocorreria contrariar a rainha sua mãe, por quem tinha uma verdadeira veneração. E ainda menos na ocasião em que a cena teria supostamente ocorrido, cerca de três meses depois da tragédia do Terreiro do Paço.

Beatriz de Edimburgo

A 1 de Fevereiro de 1909, um ano passado sobre o Regicídio, celebraram-se na Sé de Lisboa solenes exéquias por alma de D. Carlos e de D. Luís Filipe. Logo depois, D. Manuel partiu com a mãe para Vila Viçosa, a fim de receber ali a visita do rei de Espanha, Afonso XIII.

O monarca espanhol estava muito preocupado com o que se passava em Portugal e não hesitara em falar confidencialmente com o embaixador de França em Madrid sobre «os temores que a situação em Portugal lhe inspirava e a repercussão que uma revolução naquele país poderia ter sobre a política interna espanhola». A preocupação era tal que Afonso XIII chegara a admitir, perante o diplomata francês, a possibilidade de uma intervenção no país vizinho e pedira para conhecer, sobre o caso, a posição do governo de Paris².

Fosse para avaliar melhor as possibilidades dessa intervenção ou apenas para significar a sua solidariedade à família real portuguesa, Afonso XIII decidiu encontrar-se com D. Manuel e D. Amélia. Mas, não pretendendo transformar numa visita de Estado o que era apresentado como uma manifestação da mais desinteressada amizade, sugeriu que o encontro decorresse nos domínios alentejanos da Casa de Bragança – o que deixou toda a gente em Lisboa muito aliviada. A presença do rei de Espanha na capital podia excitar o povo republicano e, por esse tempo, a corte e o governo só tinham uma preocupação: aplacar a todo o transe os inimigos do trono e do altar.

Afonso XIII passou oito dias em Vila Viçosa, durante os quais conversou larga e francamente com D. Manuel e D. Amélia, na presença do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Venceslau de Lima, por quem a rainha nutria especial estima e consideração.

Nessas conversas, D. Amélia pediu a Afonso XIII que aconselhasse o rei de Portugal como se fosse seu irmão mais velho. O monarca castelhano não teve evidentemente nenhuma dúvida em satisfazer o pedido, opinando

nomeadamente sobre o casamento de D. Manuel e recomendando-lhe, até, uma noiva: a princesa Beatriz, filha do duque de Edimburgo.

Beatriz de Saxe-Coburgo-Gotha tivera uma paixão pelo grão-duque Miguel da Rússia, irmão mais novo do czar. Mas, como a Igreja Ortodoxa russa não consentisse o casamento de primos direitos, o namoro desfizera-se. Falara-se depois em casá-la com o próprio rei de Espanha, mas Afonso XIII preferira unir-se à princesa Vitória Eugénia de Battenberg, prima de Beatriz. E, como esta continuasse solteira, o monarca espanhol recomendou-a a D. Manuel II, achando talvez que a princesa inglesa era um bom partido para o rei de Portugal.

Afonso XIII ter-se-á esquecido de acrescentar que Beatriz conhecera entretanto – exactamente nas festas do casamento do rei de Espanha – um primo deste, Afonso de Orléans e Bourbon, infante de Espanha e duque de Galliera, pelo qual se apaixonara perdidamente, para grande desgosto do monarca espanhol, que não os queria ver casados. Daí não se deduz porém, não é pelo menos obrigatório deduzir-se-se, que tenha sido por isso que Afonso XIII propusera Beatriz de Edimburgo para rainha de Portugal.

Em todo o caso, a proposta, de que alguma imprensa deu notícia no país e no estrangeiro³, há-de ter sido seriamente ponderada, já que o marquês de Lavradio, secretário de D. Manuel II, inclui a filha do duque de Edimburgo na lista das «noivas» do rei de Portugal⁴. Só que, meses depois da conversa havida em Vila Viçosa, Beatriz acabou por casar, a 15 de Julho de 1909, com o duque de Galliera,

logo demitido do Exército espanhol por ordens do rei Afonso XIII, cuja recomendação deu assim em nada.

A rainha D. Amélia não terá sofrido com isso nenhuma desilusão. Ela tinha, desde o princípio, outros projectos para o filho: pretendia que ele herdasse a noiva que estava destinada a seu irmão, o príncipe real, D. Luís Filipe. *O Mundo*, jornal do Partido Republicano, não hesitava em reconhecer que só esse podia ser considerado um «casamento vantajoso» para o rei de Portugal⁵.

Patsy de Connaught

O casamento do príncipe D. Luís Filipe com uma neta da rainha Vitória de Inglaterra era, segundo o conde de Mafra, «cousa assente» há muito, não obstante as reservas que a esse casamento opunham os «católicos assanhados cá da casa»⁶. O negócio – porque, naquele tempo, os casamentos dos príncipes ainda eram negócios de Estado – fora acertado por D. Carlos com Eduardo VII, muito provavelmente durante a viagem que o rei de Portugal fez a Inglaterra em finais de 1904.

A noiva estava escolhida. Chamava-se Patrícia, ou, mais precisamente, Vitória Patrícia Helena Isabel de Connaught e Strathearn, e era a terceira filha do príncipe Artur de Inglaterra, duque de Connaught, e de sua mulher, a princesa Margarida Luísa da Prússia. O pai era irmão do rei de Inglaterra, a mãe pertencia à família reinante na Alemanha. Para o herdeiro da coroa portuguesa, não havia melhor partido.

Em 1905, a princesa estivera em Lisboa, com os pais, para conhecer o noivo. É verdade que, logo a seguir, se falou no seu casamento com o rei Afonso XIII de Espanha, que os duques de Connaught visitaram logo após a sua estada na capital portuguesa. E, em Cádiz, *Patsy*, como Patrícia era tratada em família, foi acolhida com vivas a «la futura reina de España». Mas a princesa fez imediatamente saber que não estava interessada em ostentar esse título. E quando, no ano seguinte, alguns jornais ingleses anunciaram que estava noiva do grão-duque Miguel da Rússia, *Patsy* ficou indignada e o Palácio de Buckingham apressou-se a desmentir o noivado.

De facto, a princesa estava comprometida com D. Luís Filipe – como se prova por um caderno escolar de D. Manuel, onde este, ainda infante, escreveu: «Este caderno findou-se a 7 de Janeiro de 1905, sábado, dia da chegada dos duques de Connaught e da linda noiva de S.A. o Príncipe Real.»⁷

Ora, era exactamente com esta «linda noiva» do seu primeiro filho que D. Amélia pretendia agora casar o seu filho segundo. Só que, para os sonhos da rainha se realizarem, era necessário que D. Manuel fosse a Inglaterra mostrar-se – e convencer Eduardo VII de que ainda fazia sentido casar uma princesa inglesa em Portugal.

O marquês de Soveral, ministro de Portugal em Londres, que era um dos mais íntimos amigos do rei de Inglaterra, recebeu instruções para tratar da viagem do jovem monarca. Para cumprir essas ordens, o diplomata depa-rou, no entanto, com dúvidas e dificuldades que não foram fáceis de vencer. Nem Eduardo VII nem os seus ministros

pareciam interessados em receber a visita de D. Manuel. E este, sem ser convidado, não podia evidentemente partir.

Em finais de Julho, porém, o ansiado convite chegou a Lisboa, transportado por uma esquadra britânica que, sem surpresa, D. Manuel recebeu com todas as honras. E começou logo a preparar a viagem com grande entusiasmo.

A Mamã

Para D. Manuel II, o convite de Eduardo VII era finalmente uma boa notícia, no meio das preocupações, cansaças e desgostos que a política portuguesa todos os dias lhe causava. Desde que subira ao trono, a crise política não cessara de agravar-se. D. Manuel, que não nascera para reinar, não sabia o que fazer. Ou melhor: fazia tudo o que lhe diziam que devia ser feito e nem por isso a situação deixava de piorar. Desdobrava-se em apelos para «tornar a nossa querida pátria uma nação mais considerada, livre e feliz», mas ninguém o escutava. Sobretudo, ninguém lhe obedecia.

Pelo contrário, à sua volta, todos mandavam – ou queriam mandar – desde o conselheiro José Luciano de Castro, chefe incontestado do Partido Progressista, o mais influente político do tempo, até ao misterioso «trio» que se dizia governar o rei e em que pontificava o conselheiro

Venceslau de Lima*. Mas, antes e depois de todos eles, estava – e mandava – a rainha D. Amélia, que tinha, desde há muito, ideias assentes sobre o bom governo de Portugal.

No essencial, tratava-se de fazer exactamente o contrário do que o rei D. Carlos tentara levar a cabo. Para D. Amélia, o rei assassinado no Terreiro do Paço não fora apenas um mau marido, que, multiplicando as aventuras galantes e as traições conjugais, tinha deitado o seu casamento a perder. Fora também um mau monarca, que transformara o poder moderador num poder perturbador e abalara perigosamente os fundamentos da Monarquia da Carta.

Desde cedo, a rainha discordara do marido, que, de resto, fazia gala em não lhe dar ouvidos sempre que ela opinava sobre os negócios da política. Mas, quando D. Carlos decidira patrocinar a ditadura de João Franco, D. Amélia, considerando-se «um verdadeiro bastião da liberdade»⁸, passara a fazer-lhe uma guerra aberta, incentivando «os chefes da oposição a resistir-lhe até ao fim»⁹.

* A primeira referência a um conselho áulico que, no Paço das Necessidades, resolvia todos os assuntos antes de serem apresentados ao rei encontra-se nas *Memórias* de Raul Brandão, que se abona em confidências de Augusto Fuschini e garante que, desse conselho, faziam parte D. Amélia, Venceslau de Lima, o conde de Figueiró e «uma quarta pessoa». Poderia tratar-se de um boato ou de uma intriga. Mas há, na Torre do Tombo, entre os papéis de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel, um bilhete sem data, enviado pela rainha ao filho, em que D. Amélia, chamando a atenção do filho para as declarações na véspera proferidas por Afonso Costa, escreve: «Sei que estás com o trio, etc.» Parece ser a confirmação das afirmações de Fuschini a Brandão. A ser assim, falta saber quem era a «quarta pessoa». Cf. BRANDÃO (1999), p. 70. Rui Ramos, na sua introdução às *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*, de Lucien Corpechot (Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2007) alude a uma «*troika* cortesã», liderada pela rainha D. Amélia, de que fariam parte a condessa de Figueiró e D. Isabel Saldanha da Gama, que foi aia dos príncipes. Mas é improvável que fosse este o «trio» que conduzia os negócios de Estado no curto reinado de D. Manuel, sem prejuízo da influência que as duas senhoras tiveram na rainha, a quem eram muito dedicadas.

Terá aliás ido mais longe e favorecido, como alguns afirmam, as manobras para D. Carlos abdicar no príncipe D. Luís Filipe, esse filho muito amado em quem a rainha depositara toda a sua complacência¹⁰. Não foi decerto por acaso que, em Novembro de 1907, a revista *Je Sais Tout*, sempre tão atenta, veneradora e reconhecida da rainha (cujas «memórias inéditas», ditadas a Lucien Corpechot, publicará em exclusivo alguns anos depois), noticiou que «Dom Luís, príncipe herdeiro de Portugal, tomou partido contra o primeiro-ministro Franco, encarregado pelo rei de pôr ordem nos negócios»...

Se, porém, a ideia era trocar D. Carlos por D. Luís Filipe, os regicidas destruíram-na. A 1 de Fevereiro de 1908, depois de assassinares o rei, mataram também D. Luís Filipe – e foi D. Manuel quem acabou por suceder a seu pai.

Ora, quando subiu ao trono, D. Manuel tinha apenas 18 anos de idade. Era, como escreveu o marquês de Lavradio, «uma criança, muito mais infantil do que são geralmente os moços dessa idade»¹¹; não fora educado para reinar; não tinha experiência dos negócios de Estado nem se envolvera nunca nas intrigas da política. Não era de prever que, nas circunstâncias trágicas da sua ascensão ao trono, pudesse, sozinho, dar conta do recado. O socorro da «Mamã», como alguns dos inimigos de D. Amélia a designavam, era-lhe por isso indispensável. Mas, ao prestá-lo, cumprindo aliás o seu dever, a rainha não fez nenhum sacrifício.

D. Amélia tinha o gosto da política e a ambição do poder. Estava sobretudo convencida de que seria capaz de fazer mais e melhor do que D. Carlos tinha feito, não

incorrendo nos mesmos erros em que ele caíra e afirmando com clareza as suas diferenças, que não se limitavam a ser de estilo. Para salvar a pátria e a Monarquia, parecia bastar que ela mandasse – e D. Manuel obedecesse. Até ao dia 5 de Outubro de 1910, o «Reizinho», como D. Amélia, com ternura e lucidez, designava o filho, não fez outra coisa.

O Makavenko

Na noite do Regicídio, a condessa de Figueiró, essa *Pepita* que era a mais querida das damas da rainha, andou pelas salas das Necessidades a anunciar novos tempos e grandes mudanças. «Verão como tudo agora vai entrar na ordem!» – proclamava ela, «colérica»¹².

No dia seguinte, essa nova ordem – a que alguns quiseram dar o nome de «Nova Monarquia» – foi inaugurada por D. Manuel com o sumário despedimento de João Franco, que D. Amélia execrava, acusando-o de ser o «arquitecto brutal e desajeitado» que fez «desabar tudo»¹³. E, para tanto, nem sequer se esperou pela reunião do Conselho de Estado. Quando ela começou, já o «ditador» tinha sido demitido, não sem que o Reizinho delicadamente lhe pedisse para não ver, nessa demissão, o menor melindre pessoal¹⁴.

A duquesa de Palmela compreendeu logo que a demissão de João Franco significava «o fim da monarquia»¹⁵. Já o marquês de Soveral, que, estando por acaso em Lisboa, participara no Conselho de Estado e votara o afastamento do presidente do Conselho, só percebeu as consequências

daquela decisão quando, regressado a Londres, foi severamente admoestado por Eduardo VII. «Que país é esse onde matam um rei e um príncipe e a primeira medida que tomam é demitir o Ministério?» – perguntou a Majestade britânica ao embaixador de Portugal. Apenas então, confessará depois Soveral, «compreendi o erro que tínhamos cometido»¹⁶...

Outros erros se cometeram logo a seguir. O Conselho de Estado aprovou a constituição de um governo de concentração monárquica e acalmação política. E José Luciano de Castro aconselhou que a presidência do Conselho fosse confiada ao almirante Ferreira do Amaral, também conhecido por *Makavenko*, por ser assíduo frequentador de um grupo gastronómico que dava exactamente por esse nome.

Amaral era, segundo João Chagas, um folião, um patusco e um brejeiro, que tinha um «feitio tolerante, complacente, pacato» e um «uniforme simpático, como é o dos oficiais de marinha». Sobre isso gozava, parece que merecidamente, da reputação «de lhe comer e de lhe beber bem».

A sugestão do almirante para chefiar um governo de acalmação – que José Luciano já fizera a D. Carlos, sem que o rei tomasse a proposta a sério¹⁷ – não pode ter deixado de agradar à rainha. O indigitado primeiro-ministro era o seu mais directo colaborador no Instituto Ultramarino.

Antigo governador da Índia e de Angola, ministro da Marinha num dos governos de José Dias Ferreira, deputado e, depois, par do reino, presidente da Sociedade de Geografia, o «querido Amaral», como D. Amélia o tratava nas suas cartas, formou um governo com dois ministros

regeneradores, dois ministros progressistas e dois independentes. Como estes últimos apenas se recomendavam por serem amigos do presidente do Conselho, o novo governo significava politicamente o regresso dos «rotativos» ao poder.

E, assim, os dois velhos partidos da monarquia constitucional, que D. Carlos e João Franco tinham combatido, porque o país «não podia continuar a ser ludíbrio de progressistas e regeneradores»¹⁸, «ressurgiram de entre os escombros da sua derrota, da sua humilhação, da sua vergonha, voltando outra vez à cena política, donde pareciam ter sido banidos para todo o sempre» – como João Chagas se apressou a sublinhar, numa carta aberta ao rei D. Manuel¹⁹.

Estava consumado aquilo a que Rui Ramos chamou o segundo Regicídio²⁰.

A acalmação

A «acalmação» que D. Amélia e o Reizinho desejavam começou mal Ferreira do Amaral chegou ao Terreiro do Paço. Os presos políticos foram libertados, os jornais suspensos voltaram a publicar-se, os marinheiros que se tinham amotinado no Tejo em 1906 foram amnistiados, proibiram-se procissões religiosas e consentiram-se romagens de saudade aos túmulos dos regicidas, que a imprensa jacobina quase proclamava beneméritos da pátria.

Depois, as portas do Palácio das Necessidades, fechadas desde 1 de Fevereiro ao conde de Arnoso, oficial às ordens do rei D. Carlos e seu secretário particular,

abriram-se para receber José Maria de Alpoim, o chefe da Dissidência Progressista, que conspirara activamente contra o monarca assassinado e era suspeito de ter concorrido para a sua morte.

O líder dissidente – ou «buissidente»*, como então também se dizia, para melhor sublinhar as suas relações com os regicidas – foi recebido por D. Amélia e, a seguir, pelo Reizinho, a quem pediu uma mão-cheia de deputados, no Parlamento que estava para ser eleito. D. Manuel considerou o pedido «justo». Pelo contrário, quando o conde de Arnoso, indignado com a morosidade das investigações sobre o Regicídio, pediu satisfações ao presidente do Conselho, em São Bento, o Reizinho considerou o seu discurso «inconvenientíssimo»²¹.

Como se tudo isto não bastasse, D. Manuel achou por bem enviar uma carta ao seu presidente do Conselho, dizendo em substância que – ao menos em matéria de dinheiros públicos adiantados à Casa Real, os famigerados «adiantamentos» – não queria fazer as coisas como seu pai tinha feito...

Em Abril, realizaram-se eleições gerais, de que saiu um «parlamento de retalhos», onde tomaram assento 62 deputados regeneradores, sessenta progressistas e sete republicanos. Alpoim recebeu, para sete dos seus amigos, os assentos parlamentares que pretendia. E, na lista dos «amaralistas», o presidente do Conselho resolveu incluir Miguel Bombarda, director do Hospital de Rilhafoles, que era «o mais famoso ateu de Portugal»²².

* De Buiça (Manuel), um dos regicidas de 1908.

Para quantos seguiam, além-fronteiras, os sucessos pátrios, esta «acalmação» surpreendia e preocupava. Em Londres, por exemplo, *The Times* escrevia: «A imprensa republicana portuguesa glorifica os regicidas e pede a amnistia geral para os conspiradores militares e civis; o mundo civilizado observará provavelmente que os assassinos mandam.» Muito diferente era a opinião da rainha D. Amélia, que, em carta ao duque de Luynes, afirmava: «Aqui, graças a Deus, as saúdes estão boas e as coisas vão pelo melhor (*«au mieux»*); apesar de muitas dificuldades, a atmosfera é completamente diferente...»²³

Almirante ao fundo

Para que a atmosfera ficasse completamente diferente, Ferreira do Amaral deu mais um contributo, oferecendo de presente aos republicanos a Câmara Municipal de Lisboa. A oferta, sustentava o almirante, não tinha importância de maior: os radicais governavam as principais cidades da Europa culta e civilizada...

Por seu turno, José Luciano de Castro, considerando embora que o *Makavenko* era «complacente» com os republicanos, não discordava do presidente do Conselho. Afinal, escrevia ele ao Reizinho, se «uma eleição com maioria republicana não é agradável», a verdade é que «com a legislação actual quem governa na Câmara de Lisboa é o Ministério do Reino»²⁴...

Apenas Júlio de Vilhena, o chefe do Partido Regenerador, se indignou com a estapafúrdia ideia do almirante. «Um acordo que se faça, como se diz que existe,

entre o governo e o partido republicano é a exautoração e o desprestígio completo da monarquia», escrevia ele a D. Manuel²⁵. Não foi ouvido. E, depois de realizadas, a 1 de Novembro, as eleições administrativas, em que os republicanos se apoderaram, como previsto, da Câmara de Lisboa, Vilhena decidiu retirar o apoio do seu partido ao governo de Ferreira do Amaral²⁶, o que deixou José Luciano muito indignado, posto se declarasse habituado aos «disparates» do chefe regenerador²⁷.

Sem o apoio dos regeneradores, o almirante não tardou a cair. Mas não gostou, embora tivesse antes garantido que o dia em que lhe tirassem a presidência do Conselho seria o mais feliz da sua vida. Considerando-se injustiçado, pediu para ser compensado com a legação de Portugal em Paris. Prometeram-lha, mas depois não lha deram. E como amor com amor se paga, Ferreira do Amaral foi à Câmara dos Pares para, atacando as «velhas beatas», criticar a rainha D. Amélia (que ele considerava a principal responsável pela sua queda) e «pedir a todos os homens sinceramente liberais» para salvarem a pátria e o rei, que «tanto do coração estimamos e tão sinceramente respeitamos»²⁸.

Combinações e arruaças

Para suceder ao governo de Amaral, foi constituído um novo executivo, não sob a presidência de Vilhena, que provocara a crise, esperando ser chamado a governar, mas de Campos Henriques, um «marechal» (ou, como hoje se diria, um «barão») do seu partido. O líder regenerador